

CONSOLIDADO ESTADUAL DA CONFERENCIA DE SAÚDE DAS MULHERES POR EIXO

Eixo I:

“O papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres” e “O mundo do trabalho e suas consequências na vida e na saúde das mulheres”.

1. Proposta: Agrotóxico

Estado e Municípios implementarem ações de prevenção e tratamento de doenças relativas à exposição de mulheres aos efeitos solares e de agrotóxicos, produtos agrícolas, produtos químicos utilizados nos solos, recursos hídricos e no ar, minimizando assim, os impactos negativos, intensificando educação em saúde e mecanismos de fiscalização mais eficazes, em relação ao tema e outros agentes químicos, proibindo o uso de agrotóxicos próximo à residência de gestantes e nascentes, creches, escolas, igrejas, locais de aglomeração populacional, com punição aos produtores e empregadores do campo, viabilizando a agroecologia de maneira de produção majoritária do trabalho no campo, melhorando o empoderamento e a condição da mulher do campo. **(RS/RC/RM/RN)**

2. Proposta: Arboviroses

Intensificar as ações intersetoriais de prevenção das doenças transmitidas pelo Aedes Aegypti, especificamente na tapagem de caixas d'água, visando à diminuição de focos, juntamente com a garantia de distribuição de repelentes para as gestantes, diagnóstico e tratamento das doenças transmitidas pelo Aedes Aegypti, como Zika vírus e Chikungunya, levando o não adoecimento e acompanhamento das mulheres e dos bebês das mães que foram afetadas em suas gestações, com estratégia de incentivo à notificação compulsória de arboviroses, para o planejamento, monitoramento, avaliação e proposição de intervenção à saúde da mulher. **(RM / RN)**

Eixo II:

“Vulnerabilidade e equidade na vida e na saúde das mulheres” e “Políticas públicas para as mulheres e a participação social”.

1. Proposta: Câncer de Mama e Útero

Ampliar a cobertura e informação promovendo o diagnóstico precoce de câncer de mama e de colo uterino, com priorização de acesso a consultas e exames especializados (mamografia, faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde (50-69 anos), e diminuição da idade da primeira mamografia, de 50 para 40 anos, conforme propõe a Sociedade Brasileira de Mastologia, ultrassonografia e papanicolau) e atendimento de alta complexidade, para prevenção dos mesmos nas mulheres, por parte do SUS (três esferas de governo), possibilitando a oferta de serviços de atendimento, tratamento e reconstrução

mamária em tempo reduzido de espera, observando a questão estética e emocional, promovendo o bem estar e qualidade de vida da mulher, em cumprimento a lei nº 12.802, e implantar a radioterapia nos hospitais que já realizam a quimioterapia, intensificando as buscas ativas de agravos, no que tange predisposição oncológica, com estrutura para recursos humanos, materiais, laboratórios e outros, em tempo oportuno. **(RC/RS/RM)**

2. Proposta: Aborto legal

Identificar na rede pública de saúde municipal, estadual e nacional os hospitais que são aptos ao credenciamento ao aborto seguro e legal, com atendimento humanizado. **(RC/RS/RN)**

3. Proposta: Anemia Falciforme e Doença Celíaca

Criar e Garantir a Política Estadual de Atenção a Anemia Falciforme com prioridade nos territórios de identidade étnico racial, com foco nas mulheres negras, mulheres em idade fértil, no ciclo gravídico puerperal (Portaria 035-R, de 27/02/2012), e para doença celíaca, garantir a implantação do protocolo de exame de transglutaminase tecidual com a finalidade de detectar na infância a doença celíaca com tratamento eficiente e seguro. **(RC/RS)**

4. Proposta: Privação de liberdade

Garantir a nível nacional, estadual e municipal prisão domiciliar monitorada às mulheres privadas de liberdade, com filhos menores de 15 anos. **(RC)**

5. Proposta: PIC

Incluir práticas e métodos afroindígenas no cuidado com a saúde, eo uso da fitoterapia, da homeopatia, da acupuntura, práticas orientais, yoga, e outras terapêuticas complementares na abordagem e tratamento de problemas de saúde das mulheres, com oferta de cursos para os profissionais de saúde. **(RS/RC)**

6. Proposta: Reprodução assistida

Garantir no âmbito nacional, estadual e municipal o acesso à reprodução assistida de acordo com as normas legais, com ações na perspectiva de raça/etnia, geração e orientação, priorizando recursos e agilizando processos licitatórios referentes a serviços direcionados as mulheres, como saúde sexual e reprodutiva, prevenção de câncer de colo de útero e mama, planejamento familiar, métodos contraceptivos entre outros. **(RC/RS/RM)**

7. Proposta: Mortalidade Materna e Infantil

Efetivar ações concretas no atendimento às gestantes reestruturando os hospitais dos municípios, com ajuda do Estado, para reduzir a mortalidade materna e neonatal, capacitando profissionais da saúde, numa política nacional, estadual e municipal. **(RC/RS)**

8. Proposta: Lei Maria da Penha

Garantir mudança na Lei Maria da Penha, com maior abrangência e efetividade de proteção contra violência física, sexual, psicológica, obstétrica e racial às mulheres, assim como, pagamento em espécie significativa por parte do agressor, com ampliação dos mecanismos de fiscalização do cumprimento da Lei supracitada, bem como acompanhamento as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, implantando e garantindo o núcleo dentro da Polícia Civil, visto que muitos municípios não se enquadram nos critérios para a construção da Delegacia da Mulher, para atendimento da mulher vitimizada, intensificando a notificação dos casos, incluindo as lésbicas, as transexuais, as bissexuais, qualificando os profissionais para o atendimento humanitário, com garantia dos serviços de referências municipais, ao atendimento às mulheres em situação de violência. Garantir a estabilidade no emprego por no mínimo, um ano à mulher que realizar denúncia de assédio sexual/moral/físico, violência de gênero. **(RM/RN)**

Eixo III:

“Vulnerabilidades no ciclo de vida das mulheres na política nacional de atenção integral a saúde das mulheres”.

1. Proposta: Planejamento Familiar

Garantir, intensificar e implementar educação a nível escolar e de unidades de saúde sobre sexualidade, gravidez, doenças sexualmente transmitidas, planejamento familiar, laqueaduras, vasectomia e outros temas relacionados à saúde da mulher, bem como os recursos necessários para a realização das ações. **(RM)**

Eixo IV:

“Políticas públicas para mulheres e participação social”.

1. Proposta: Violência e Notificação

Efetivar e garantir em toda a rede pública e privada de saúde, ações de atenção à saúde das mulheres em situação de violência, com obrigatoriedade da Notificação Compulsória de Violência Contra a Mulher, em todos os serviços de urgências e emergência, bem como na rede básica, de forma humanizada, com garantia atendimento psicológico, de capacitação, sistematização de fluxos e de ações dos trabalhadores da saúde (recepcionista, auxiliar de serviços gerais, administrativos, enfermeiro, médico, ACS, dentista, auxiliar/técnico de enfermagem), priorizando e desburocratizando o acesso, assim como, instituir a Casa de Abrigo para Mulheres (abrigo imediato e por tempo determinado) e mulheres em moradia de rua, juntamente com seus filhos, recebendo acompanhamento jurídico e social, incentivando e garantindo campanhas em Escola nos níveis fundamental e médio, Secretaria de Assistência Social, Esporte e Lazer e outros, sobre a conscientização do respeito e cuidado à saúde da mulher, objetivando a Educação Continuada entre os gêneros. **(RC/RM/RS/RN)**

2. Proposta: **Licença Maternidade**

Garantia de licença maternidade de um ano sem distinção de categoria trabalhista e para os pais, de 60 dias, com creche, após 06 meses, sem prejuízo do emprego e do salário e estabilidade trabalhista por no mínimo 2 anos, após o término da licença maternidade. **(RM / RN)**

3. Proposta: **Controle Social/ Participação e Mobilização Social**

Criar e incentivar espaços à Participação Popular das mulheres, nos Conselhos Municipais de Saúde, por meio de rodas de conversa realizada em conjunto com profissionais de saúde, em locais de acesso ao público, nas escolas e nas comunidades, bem como o conhecimento dos atendimentos de saúde ofertados no município, incentivando as associações, grupos, igrejas a levar os anseios/demandas aos órgãos públicos, conscientizando as mulheres que é necessário lutar por seu espaço, em movimento que defendam seus direitos, garantindo nas Unidades básicas de Saúde pontos de discussão de direitos através da criação dos Conselhos Locais de Saúde. Implantar conselhos locais de saúde e realizar reuniões itinerantes do conselho municipal de saúde estimulando a participação social. Apoiar a qualificação de líderes comunitárias e militantes de movimentos de mulheres e feminista, na defesa dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, a partir de perspectivas de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual. Desenvolver grupos temáticos e específicos com as mulheres do território com o propósito de prevenir o adoecimento, levando em consideração a realidade do meio em que atuam; Divulgar e promover o conselho de saúde incentivando a participação das mulheres nestas instâncias; Engajamento maior de todos os setores de saúde e demais áreas para promoção da saúde das mulheres. Criação de Conselhos em âmbitos Municipais, para proteção dos direitos das mulheres. Proporcionar à população usuária avaliação das instituições prestadoras de serviços de saúde. **(RC/RS/RM/RN)**